

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Avulso

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Os incisos I e V do artigo 75 da Constituição Estadual passam a vigor com a seguinte redação:

“I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado e pelos prefeitos, respectivamente nos prazos de 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias a contar de seu recebimento, mediante parecer prévio.”

.....

“V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e municípios mediante convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do recebimento das informações, salvo nas hipóteses de justificadas indícios de irregularidades ou de documentação incompleta.”

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Tony Garcia, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Antonio Baratter, Ricardo Chab, Divanir Braz Palma, Moysés Leônidas, Beraldin, Cezar Silvestri, Antonio Carlos Belinati, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Tiago Amorim Novaes, Renato Gaucho, Ricardo Maia e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição guarda perfeita compatibilidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais regentes da matéria. Teve-se extremo cuidado, neste aspecto, ao montá-la.

A evolução democrática do País exige que órgãos encarregados de fiscalizar o cumprimento de leis observem-nas com rigor. Se não o fizerem com que autoridade irão cumprir sua missão? Órgãos de controle não podem estar acima do bem e do mal, hão de ter também alguma espécie de controle. Daí a necessidade de que as normas regentes de suas atividades estabeleçam limites à discricionariedade. Caminha-se para se consolidar no País, inclusive, o controle dos atos administrativos do judiciário.

Os tribunais de contas fiscalizam Estados e municípios ????. E quem fiscaliza o Tribunal de Contas? Por imperativo jurídico - basta examinar-se a Constituição do Estado - é a Assembléia Legislativa. Os artigos 74 e 75 não deixam dúvidas neste sentido, particularmente o § 4º deste, cuja redação segue:

“§ 4º - O Tribunal (de Contas) encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentares terão conhecimento.”

Poder-se-ia indagar se, a rigor, o Tribunal de Contas vem cumprindo o disposto nesse § 4º (???). Ou seja, poder-se-ia indagar e em cumprimento desse mandamento constitucional - vem o Tribunal enviando a

Assembléia Legislativa tais relatórios circunstanciados - claros, objetivos e transparentes - de suas atividades ????

A função dos Tribunais de Contas tem previsão na Constituição Federal (artigos 70-75) e na Constituição Estadual (artigos 74-77) vinculando-os, na condição de órgãos **auxiliares** do Legislativo da União (Congresso Nacional) e dos Estados (Assembléias Legislativas).

Enfatize-se que a Constituição Estadual (artigos 74 e 75, *caput*) - em perfeita consonância com a Carta Federal - deixa claro que a titularidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e da administração direta e indireta do Estado e da Assembléia Legislativa que exercerá tais funções “com o **auxílio** do Tribunal de Contas do Estado.”

A princípio, poder-se-ia afirmar que o § 2º do artigo 57 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - fixa peremptoriamente o prazo de 180 dias para a emissão de Parecer Prévio conclusivo sobre as contas de municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes.

Entretanto, tecnicamente, parágrafos de uma lei hão de ser interpretados em consonância com o que dispõe o *caput*. E o *caput* do artigo 57 da LRF prescreve:

“Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais...”

Ora, cristalinamente, integrando o conteúdo do § 2º do artigo 57, está a condicionante **“se outro (prazo) não estiver estabelecido nas constituições estaduais”**.

Portanto, não se diga que a presente proposição conflitua com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não se diga também que o projeto tem a pretensão de dificultar o exame das contas municipais, pois, a “ressalva” é justamente para que o Tribunal de Contas tenha tempo suficiente para aprofundar auditoriais em contas em que haja fundamentados indícios de irregularidades ou nos casos em que lhe sejam apresentadas documentação incompleta.

Não se pode dizer também que o projeto, na redação que dá ao inciso V do artigo 75, conflitua com o artigo 25 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pois a ressalva - na parte final do dispositivo proposto - guarda perfeita compatibilidade com o citado dispositivo da LRF, pois é evidente que a inobservância das condições previstas no artigo 25 da LRF corresponde a “indícios de ou a irregularidades...” a que se refere a ressalva do inciso V da redação proposta. Portanto, há perfeita compatibilidade.

Já se tornou comum reclamações de prefeitos quanto ao atraso tanto na fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Município quanto na apreciação de contas destes - e conseqüente emissão de certidões liberatórias ou negativas por parte do Tribunal de Contas,

o que causa transtornos às administrações municipais, notadamente no que pertine a liberação de transferências de recursos e a contratação de operações de crédito.